



PROJETOS CONTINUAM PARADOS

do

Orçamento — Três versões do orçamento foram enviadas pelo Governo ao Congresso e retiradas desde agosto do ano passado. A quarta versão, que adaptaria o projeto de orçamento ao plano de estabilização, ainda não foi elaborada por causa da greve dos funcionários da Secretaria de Orçamento Federal. No Congresso, o projeto poderá receber até 14,6 mil emendas antes de ser votado.

Concessões — O projeto original foi apresentado pelo senador e ex-ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso em 1990 e aprovado no início de 1991. Em 1992, o projeto foi aprovado com alterações pela Câmara e voltou ao Senado, onde está parado porque as concessionárias de energia não aceitam o projeto da Câmara. O Senado não pode apresentar novas emendas modificativas.

Lei Antitruste — Uma das principais armas do Governo para comba-

ter o abuso de poder econômico, o projeto tramita na Câmara há quase um ano e meio. Modificações propostas ao projeto original do Governo não foram aceitas pelo ex-ministro da Justiça Maurício Corrêa. O projeto pode ir a votação na Câmara na próxima semana para ser votado depois pelo Senado. Se alterado pelos senadores, terá de retornar à Câmara para uma segunda votação.

Patentes — O projeto original do Governo tramitou por dois anos na Câmara e foi finalmente aprovado em março de 1993. Desde então, está parado no Senado — onde, se for alterado, terá que voltar à Câmara. A votação poderá demorar mais por causa do acordo feito pelo Governo brasileiro com o Governo americano, cujo teor não foi divulgado. Sem a lei de patentes, os exportadores brasileiros — principalmente de calçados e

sucos — continuarão sob a ameaça de terem seus produtos sobretaxados nos Estados Unidos, o que praticamente fecha aquele mercado.

Revisão Constitucional — As alterações na Constituição terão efeitos para o próximo Governo. Há seis meses, no entanto, o Congresso tenta, sem sucesso, fazer estas alterações. As mudanças são fundamentais para o equilíbrio das contas do Governo — através das reformas tributária e de distribuição de receitas a estados e municípios e da Previdência — além de abrir setores de monopólio estatal para o capital privado. Esta semana, os líderes dos partidos no Congresso tentarão a última cartada: restringir a revisão às reformas tributária e da Previdência. Por decisão do próprio Congresso, a revisão terá que terminar até 31 de maio.